


CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO


Estudo prospetivo sobre o Impacto dos
Quadros Normativos e Regulamentares na
Competitividade da Indústria de Bicicletas no
Futuro

Procedimento n.º 14-006-ANI-25


	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Índice

PARTE I – Cláusulas Genéricas.....	4
Cláusula 1ª – Objeto	4
Cláusula 2ª – Contrato	4
Cláusula 3ª – Modificação ao Contrato.....	5
Cláusula 4ª – Preço Base	5
Cláusula 5ª – Produção de Efeitos e prazo de vigência do contrato.....	5
Cláusula 6ª – Proposta	6
Cláusula 7ª – Critérios de Adjudicação	6
Cláusula 8ª – Critérios de Adjudicação – Preço Global (P1)	6
Cláusula 9ª – Critérios de Adjudicação – Qualidade Técnica da proposta (P2).....	7
Cláusula 10ª – Critérios de Desempate.....	11
Cláusula 11ª – Formalização do Contrato	11
Cláusula 12ª – Subcontratação e cessão da posição contratual	12
PARTE II – Especificações Técnicas	12
Cláusula 13ª – Contexto.....	12
Cláusula 14ª – Objetivo.....	14
Cláusula 15ª – Caracterização dos Serviços a Prestar	15
Cláusula 16ª – Entregáveis.....	16
Cláusula 17ª – Fases da Prestação do Serviço	18
Cláusula 18ª – Equipa	18
Cláusula 19ª – Local e Condições de Prestação de Serviços	19
PARTE III – Obrigações Contratuais	19
Secção I - Obrigações do prestador de serviços	19
Cláusula 20ª – Obrigações principais do prestador de serviços.....	19
Cláusula 21ª – Outras Obrigações da prestação do serviço.....	20
Cláusula 22ª – Obrigações do BIKINNOV	22
Cláusula 23ª – Obrigações Gerais da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário.....	22
Cláusula 24ª – Prazo de prestação do serviço	22
Cláusula 25ª – Receção de Elementos a Produzir ao abrigo do Contrato.....	23
Cláusula 26ª – Transferência da Propriedade e Direitos de Propriedade Intelectual	23
Cláusula 27ª – Dever de Sigilo.....	24

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante.....	24
Cláusula 28ª – Preço Contratual	24
Cláusula 29ª – Condições de Pagamento.....	25
PARTE IV – Penalidades Contratuais e Resolução.....	26
Cláusula 30ª – Penalidades Contratuais.....	26
Cláusula 31ª – Força Maior	26
Cláusula 32ª – Resolução por parte do contraente público.....	28
Cláusula 33ª – Resolução por parte do cocontratante	28
PARTE V – Caução e Seguros	29
Cláusula 34ª – Prestação de Caução	29
Cláusula 35ª – Seguros.....	29
PARTE VI – Disposições finais	29
Cláusula 36ª – Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais	29
Cláusula 37ª – Comunicações e notificações	30
Cláusula 38ª – Contagem dos prazos.....	31
Cláusula 39ª – Foro Competente	31
Cláusula 40ª – Lei aplicável	31

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022


PARTE I - Cláusulas Genéricas

Cláusula 1ª – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos contém as cláusulas gerais e técnicas, que tem por objeto principal a contratação de serviços de consultoria especializada para apoiar a elaboração de um **“Estudo Prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro”**, inserido na Linha de Ação 3 – Vigília de Normas, no âmbito da candidatura ao aviso nº *03/C05-i02/2022, designado por Missão Interface – Financiamento Base dos Centros de Tecnologia e Inovação* do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), financiado pelos Fundos Europeus do NextGenerationEU.
2. A presente aquisição de serviços encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) com o código 73200000-4, designada de Serviços de consultoria em matéria de investigação e desenvolvimento, bem como na categoria de serviços correspondente ao objetivo específico da contratação.

Cláusula 2ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, e integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os elementos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Cláusula 3ª – Modificação ao Contrato


Poderá haver lugar a modificação objetiva do contrato, por acordo das partes, por decisão judicial ou arbitral ou por ato administrativo do contraente Público, quando seja invocado como fundamento razões de interesse público, de acordo com o previsto nos artigos 311º a 315º do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 4ª – Preço Base

1. O preço base do presente procedimento é de **21.000,00€ (vinte e um mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. A proposta será excluída se apresentar um preço contratual, superior ao indicado no número anterior, nos termos da alínea d) do nº2 do artigo 70º do CCP.
3. Para o estabelecimento do preço, foi realizada uma consulta preliminar, que poderá ser disponibilizada, após a apresentação das propostas, caso seja solicitada pelos concorrentes.

Cláusula 5ª – Produção de Efeitos e prazo de vigência do contrato

1. O presente contrato produz efeitos, à data da formalização da adjudicação, ou da celebração do contrato escrito, sempre que a ele houver lugar.
2. O contrato mantém-se em vigor durante **8 (oito) meses**, independentemente da data da sua assinatura, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
3. Os prazos para elaboração e entrega de cada fase de trabalho, no âmbito da prestação de serviços, serão propostos pelo adjudicatário, tendo em consideração o cumprimento dos prazos definidos no âmbito do presente Caderno de Encargos, do Plano de Recuperação e Resiliência e da Missão Interface – Financiamento Base dos CTI's, não podem ultrapassar a data de **31 de março de 2026**, independentemente da data de celebração do contrato.
4. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no presente caderno de encargos, o contrato pode ser resolvido, a título sancionatório, no caso do segundo outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao segundo outorgante, através de carta registada, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes do presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 6ª – Proposta

1. As condições de apresentação das propostas estão definidas no programa do procedimento, definido no convite do presente concurso.
2. São admitidas propostas variantes.
3. A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Cláusula 7ª – Critérios de Adjudicação

1. O critério de adjudicação é na modalidade de multifator, densificado por um conjunto de fatores e subfactores, sendo o modelo de avaliação a melhor relação Qualidade-Preço, composto na seguinte forma:
 - a) Preço global da proposta (P1) – 40%
 - b) Qualidade técnica da proposta (P2) - 60%
2. A avaliação será realizada em função de indicadores objetivos, conforme detalhado a seguir, com atribuição de pontuação numa escala de 0 (mínimo) a 100 (máximo).
3. A pontuação final da proposta será calculada pela seguinte fórmula:


$$\text{Pontuação final} = (P1 \times 0,4) + (P2 \times 0,6)$$

Cláusula 8ª – Critérios de Adjudicação – Preço Global (P1)

1. No subcritério “Preço global da proposta” será operacionalizada através da aplicação da fórmula seguidamente indicada, sendo considerada mais vantajosa a que apresentar a pontuação mais elevada:

$$\text{Preço} = \frac{(\text{Preço Base} - \text{Preço da Proposta})}{\text{Preço da Base}} \times 100$$

2. As propostas com preços superiores ao preço base estabelecido no Caderno de Encargos serão excluídas.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

3. O arredondamento será feito até às centésimas.

Cláusula 9ª – Critérios de Adjudicação – Qualidade Técnica da proposta (P2)

1. O Subcritério “*qualidade técnica da proposta*” será avaliado com base nos seguintes subfactores:

Subfactores da Qualidade técnica da solução proposta	Ponderação
Metodologia da proposta (A)	35%
Coerência do plano de implementação proposto (B)	35%
Equipa técnica a afetar (C)	30%

2. A pontuação atribuída ao fator “*Qualidade técnica da proposta*” é calculada com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$P2 = A \times 0,35 + B \times 0,35 + C \times 0,30$$

3. O arredondamento será feito até às centésimas.


A. Metodologia da proposta

Neste subfator, será avaliada a abordagem metodológica adotada na execução do trabalho, considerando a sua congruência com os objetivos do estudo. O concorrente deverá fazer referência detalhada às tarefas a serem executadas, além de descrever minuciosamente os procedimentos e técnicas a serem empregues para assegurar a plena realização dos objetivos delineados no caderno de encargos.

A avaliação deste subfator seguirá os seguintes indicadores e escala:

Indicador	Escala
Técnicas/metodologias alinhadas ao estudo	0 - 40 pontos
Descrição detalhada das tarefas a executar	0 -30 pontos
Identificação de potenciais riscos e medidas de mitigação	0 - 20 pontos
Inovação e aplicação de boas práticas	0 - 10 pontos
Total (pontuação máxima)	100 pontos

A escala será convertida em pontuação por indicador, da seguinte forma:


	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Indicador	Pontuação
Técnicas/metodologias alinhadas ao estudo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 40 pontos: Técnicas inovadoras, bem justificadas e diretamente ligadas aos objetivos do estudo. ▪ 21 – 39 pontos: Técnicas/metodologias pertinentes, mas com falhas na explicação ou justificativa. ▪ <20 pontos: Métodos inadequados ou ausentes.
Descrição detalhada das tarefas a executar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 30 pontos: Todas as tarefas identificadas e detalhadas, com cronograma claro e específico. ▪ 16 – 29 pontos: Identificação parcial das tarefas, com falhas ou falta de detalhamento em algumas etapas. ▪ <15 pontos: Descrição genérica ou insuficiente, sem ligação clara ao estudo.
Identificação de potenciais riscos e medidas de mitigação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 20 pontos: Identificação completa de riscos com medidas práticas e detalhadas. ▪ 11 – 19 pontos: Identificação de riscos, mas sem detalhes suficientes ou com medidas mitigação insuficientes. ▪ <10 pontos: Ausência de análise de riscos ou medidas de mitigação.
Inovação e aplicação de boas práticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10 pontos: Aplicação de práticas inovadoras ou amplamente reconhecidas no setor. ▪ 6 – 9 pontos: Aplicação limitada ou genérica de boas práticas. ▪ <5 pontos: Inexistência de elementos inovadores ou boas práticas.
Total	Soma da pontuação de cada indicador

B. Coerência do plano de implementação proposto

Neste subfator, será analisada a Coerência da Estratégia de Planeamento em relação aos Objetivos pretendidos, através de um programa detalhado de desenvolvimento das diversas etapas do trabalho, incorporando um cronograma cronológico com a sequência das principais atividades a serem realizadas. A avaliação deste subfator terá e, conta a consistência e exequibilidade do plano de implementação, seguirá os seguintes indicadores e escala:

Indicador	Escala
Cronograma detalhado com prazos e marcos	0 - 40 pontos
Sequência lógica e estruturada das atividades	0 - 30 pontos
Identificação de recursos necessários	0 - 20 pontos

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022


Estratégias de monitorização e controlo	0 - 10 pontos
Total (pontuação máxima)	100 pontos

A escala será convertida em pontuação por indicador, da seguinte forma:

Indicador	Pontuação
Cronograma detalhado com prazos e marcos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 40 pontos: Cronograma completo, detalhado e viável, com prazos realistas e todos os marcos principais claramente identificados. ▪ 21 – 39 pontos: Cronograma parcialmente detalhado, com omissões menores ou prazos não totalmente claros. ▪ <20 pontos: Cronograma incompleto, genérico ou com prazos irreais.
Sequência lógica e estruturada das atividades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 30 pontos: Sequência clara, lógica e bem justificada, com atividades organizadas de forma estruturada. ▪ 16 – 29 pontos: Sequência geral adequada, mas com pequenos desvios na lógica ou estruturação das etapas. ▪ <15 pontos: Sequência confusa, com lacunas significativas ou falta de estrutura clara.
Identificação de recursos necessários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 20 pontos: Todos os recursos identificados, detalhados e bem justificados. ▪ 11 – 19 pontos: Identificação parcial de recursos, com algumas omissões ou falta de justificativas detalhadas. ▪ <10 pontos: Ausência ou identificação insuficiente de recursos necessários.
Estratégias de monitorização e controlo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10 pontos: Estratégias claras e detalhadas, demonstrando capacidade de acompanhamento eficaz. ▪ 6 – 9 pontos: Estratégias presentes, mas com falta de detalhamento ou lacunas menores. ▪ <5 pontos: Ausência ou estratégias inadequadas para monitorização e controlo.
Total	Soma da pontuação de cada indicador

C. *Equipa técnica a afetar*

Neste subfator será avaliada a adequação da equipa técnica a ser alocada, considerando a sua experiência na recolha e divulgação de melhores práticas e instrumentos para o sector empresarial. Esta experiência será demonstrada através das informações constantes nos Curriculum Vitae dos técnicos a afetar.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022


O concorrente fica obrigado a enviar a listagem de projetos que permita comprovar a experiência requerida. A entidade adjudicatária reserva-se ao direito de contactar as entidades contempladas na listagem acima solicitadas.

A avaliação deste subfator terá em consideração a experiência da equipa técnica alocada ao projeto e seguirá os seguintes indicadores e escala:

Indicador	Escala
Número de projetos relevantes (>15 projetos)	0 - 40 pontos
Qualidade e relevância dos projetos	0 - 30 pontos
Experiência específica no objeto de estudo (normas aplicadas à indústria das duas rodas)	0 - 20 pontos
Certificações/qualificações da equipa afeta ao estudo	0 - 10 pontos
Total (pontuação máxima)	100 pontos

A escala será convertida em pontuação por indicador, da seguinte forma:

Indicador	Pontuação
Número de projetos relevantes (>15 projetos)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 40 pontos: Mais de 15 projetos. ▪ 20 – 39 pontos: 10 a 14 projetos. ▪ 11 – 19 pontos: 5 a 9 projetos. ▪ <10 pontos: Menos de 5 projetos.
Qualidade e relevância dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 30 pontos: Projetos altamente relevantes, com resultados comprovados e alinhados aos objetivos das normas aplicadas ao setor da mobilidade suave ▪ 20 – 29 pontos: Projetos relevantes, mas sem comprovação robusta de impacto para o estudo das normas do setor da mobilidade suave ▪ 11 – 19 pontos: Projetos de relevância limitada ou com pouca evidência de resultados. ▪ <10 pontos: Projetos de baixa qualidade ou sem relevância comprovada.
Experiência específica no objeto de estudo (normas aplicadas à indústria das duas rodas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 20 pontos: Experiência robusta e bem documentada na área das normas aplicadas à indústria ▪ 16 – 19 pontos: Experiência relevante, mas com algumas lacunas. ▪ 11 – 15 pontos: Experiência limitada no setor. ▪ <10 pontos: Sem experiência comprovada no setor.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022


Certificações/qualificações da equipa afeta ao projeto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10 pontos: Equipa multidisciplinar, com formação adequada e certificações altamente relevantes para a realização do estudo, demonstrando pleno domínio técnico nas áreas exigidas, especialmente em normas aplicáveis à indústria das duas rodas. ▪ 6 – 9 pontos: Equipa multidisciplinar com formação e certificações que, embora relevantes, apresentam algumas lacunas em relação aos requisitos técnicos específicos do estudo. ▪ 4 - 5 pontos: Equipa com formação e certificações limitadas, mas que demonstra alguma experiência prática capaz de contribuir parcialmente para os objetivos do estudo. ▪ < 3 pontos: Equipa sem formação ou certificações relevantes, evidenciando insuficiência de competências técnicas para a realização do estudo.
Total	Soma da pontuação de cada indicador

Cláusula 10ª – Critérios de Desempate

1. Em caso de igualdade de pontuação das propostas, será considerado a proposta que apresentar melhor avaliação do critério “*Qualidade técnica da proposta*”.
2. No caso de se manter o empate, será efetuado um sorteio entre as mesmas, para determinar a que ficará em 1.º lugar.
3. O sorteio far-se-á por extração de boletins de papel numerados, dobrados e colocados no interior de um saco, a efetuar pelos concorrentes das propostas de preço igual. A proposta do concorrente que tirar o boletim de papel com o número mais baixo será a vencedora.

Cláusula 11ª – Formalização do Contrato

1. A adjudicação é formalizada por contrato escrito, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.
2. Em simultâneo com a decisão da adjudicação é aprovada a minuta do contrato pelo órgão competente para a decisão de contratar.
3. A aprovação da minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

4. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código da Contratação Pública, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
6. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
7. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora, e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
8. Todas as despesas inerentes à celebração do contrato, caso existam, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 12ª – Subcontratação e cessão da posição contratual


A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.

PARTE II – Especificações Técnicas

Cláusula 13ª – Contexto

O setor português das duas rodas tem vindo a desenvolver-se e a afirmar-se competitivamente no mercado global. Nos últimos anos, reconheceu obstáculos à sua atividade, principalmente relacionados à dependência dos mercados externos para o fornecimento de componentes e à conceção/definição de veículos, devido às limitações do conhecimento e das estruturas produtivas disponíveis no tecido industrial nacional.

Adicionalmente, o setor tem observado, mais recentemente e de forma geral, o surgimento da transição da produção em massa para a customização em massa. Esta mudança de paradigma tem impulsionado diferentes tipos de tecnologia e processos, o que implica uma reorganização industrial. Este cenário de mudança cria uma infinidade de desafios às empresas portuguesas em termos de identificação, seleção e otimização dos diferentes processos industriais e das respetivas tecnologias que podem ser utilizadas nos novos produtos do setor das duas rodas e da mobilidade suave.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Neste contexto, reconheceu-se a necessidade de criar uma infraestrutura de desenvolvimento tecnológico para o setor das duas rodas, com o objetivo de dar dimensão às atividades de desenvolvimento, transferência de tecnologia e experimentação industrial, potenciando a integração e ligação das universidades com o setor. Isso permitirá desenvolver novos produtos, processos e modelos de exploração industrial de forma mais sistemática e sistémica, fomentando uma cultura de inovação e de integração/simbiose industrial.

Para colmatar as lacunas no estado da arte do setor das duas rodas em Portugal e alavancar o conhecimento necessário para avanços significativos, foi dinamizado um **Centro de Tecnologia e Inovação** (CTI) para o setor, com iniciativas especializadas que visam potenciar o know-how nacional, através da criação de centros operacionais, tais como:


- Centro Compartilhado de Projetos de Industrialização;
- Centro de Testes e Definição de Processos Produtivos para Novos Produtos;
- Centro de Desenho Industrial Aplicado;
- Centro de Validação da Aptidão Tecnológica de Equipamentos de Produção.

Nesse sentido, a 8 de março de 2022, foi constituído o BIKiNNOV – Bike Value Innovation Center – Association, reconhecido formalmente pela Agência Nacional de Inovação (ANI). O BIKiNNOV tem como finalidade prestar apoio técnico e tecnológico às empresas do setor das duas rodas, promovendo o uso da tecnologia e inovação como ferramentas para melhorar a competitividade empresarial, incrementar o valor acrescentado e qualificar a oferta, especialmente das pequenas e médias empresas (PME).

Linha de Ação 3: Vigília de Normas

A **Vigília de Normas** é uma das iniciativas estratégicas do BIKiNNOV, dedicada ao acompanhamento e análise do quadro normativo e regulamentar aplicável à mobilidade suave. O objetivo é garantir que a indústria das duas rodas antecipa e se adapta às mudanças normativas e regulamentares, promovendo a conformidade e a competitividade do setor.

Para apoiar as empresas do setor, o BIKiNNOV desenvolverá um sistema de vigilância normativa que permitirá:


	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

- **Monitorizar e analisar a evolução do quadro normativo e regulamentar**, a nível nacional e internacional, identificando impactos diretos e indiretos na indústria;
- **Avaliar as implicações das novas normas nos processos produtivos**, garantindo a adaptação atempada da indústria a requisitos técnicos, de segurança e sustentabilidade;
- **Antecipar oportunidades e desafios decorrentes de regulamentações emergentes**, permitindo às empresas ajustar as suas estratégias de inovação e desenvolvimento;
- **Facilitar a transferência de conhecimento sobre normas e regulamentos** entre universidades, centros de investigação, empresas e entidades reguladoras.

Além disso, o BIKINNOV promoverá estudos prospetivos e estabelecerá parcerias estratégicas com organismos normativos, entidades reguladoras e redes internacionais para garantir que a indústria nacional participa ativamente na definição e revisão de normas. Com esta abordagem, pretende-se reforçar a capacidade da indústria das duas rodas para responder a exigências regulatórias, apoiar a inovação sustentável e fortalecer o posicionamento competitivo das empresas portuguesas no mercado global.

Cláusula 14ª – Objetivo

1. O presente procedimento de contratação pública tem como objetivo principal a aquisição de serviços de consultoria especializada para a realização de um **“Estudo Prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro”**.
2. Este estudo visa contribuir para a compreensão do impacto das regulamentações e normas técnicas no desenvolvimento da indústria de bicicletas, identificando tendências futuras e propondo estratégias para a adaptação das empresas a novos requisitos normativos. Pretende-se fornecer um enquadramento analítico que permita antecipar desafios regulatórios, mitigar riscos de conformidade e potenciar oportunidades de inovação e competitividade para o setor.
3. Entre os principais objetivos do estudo incluem-se:
 - Analisar as tendências emergentes em termos de regulamentação e normatização relacionadas à indústria de bicicletas;
 - Identificar as oportunidades e desafios associados à implementação desses quadros normativos e regulamentares;

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

- Avaliar o impacto desses quadros na competitividade da indústria.
4. O estudo será desenvolvido no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), enquadrando-se nos objetivos estratégicos da Linha de Ação 3 – Vigília de Normas da Missão Interface – Financiamento Base dos CTIs, reforçando o compromisso com a inovação, a modernização industrial e a adoção de práticas sustentáveis na indústria da mobilidade suave.


Cláusula 15ª – Caracterização dos Serviços a Prestar

1. O presente procedimento de contratação pública visa a realização de um estudo prospetivo, cuja finalidade é analisar, identificar e propor soluções para tendências, oportunidades e desafios emergentes na indústria de bicicletas, em alinhamento com os objetivos estratégicos do BIKINNOV e da Linha de Ação 3– Vigília de Normas da Missão Interface – Financiamento Base dos CTI's.
 2. O Estudo deve ser elaborado com base em abordagens sistemáticas e metodologias rigorosas, próprias do contexto de uma organização que aposta na inovação, investigação e desenvolvimento de tecnologia, recorrendo a fontes de informação atualizadas e confiáveis.
- 2.1. Estudo Prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro:

a) Analisar as tendências emergentes em termos de regulamentação e normatização relacionadas à indústria de bicicletas

O estudo deverá mapear e acompanhar a evolução dos quadros normativos e regulamentares a nível nacional e internacional, identificando novas exigências e padrões técnicos que possam influenciar o setor. Esta análise incluirá regulamentos ambientais, requisitos de segurança, homologação de produtos, certificações de qualidade, normas de sustentabilidade e políticas de incentivo ou restrição à mobilidade suave. O objetivo é antecipar mudanças regulatórias que possam impactar a produção, comercialização e exportação de bicicletas e seus componentes.

b) Identificar as oportunidades e desafios associados à implementação desses quadros normativos e regulamentares

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Será conduzida uma avaliação das vantagens e dificuldades que a indústria pode enfrentar ao adaptar-se a novas normativas. O estudo deverá identificar **oportunidades estratégicas**, como diferenciação competitiva por certificação de sustentabilidade, melhoria da qualidade e segurança dos produtos, acesso a novos mercados e incentivos fiscais ou financeiros para conformidade regulatória. Simultaneamente, serão analisados **desafios e barreiras**, como custos de conformidade, necessidade de adaptação dos processos produtivos, impacto na cadeia de abastecimento e complexidade administrativa para certificação e homologação.

c) **Avaliar o impacto desses quadros na competitividade da indústria**

O estudo analisará como a evolução do ambiente regulatório pode afetar a posição competitiva da indústria portuguesa de bicicletas. Serão examinados impactos diretos e indiretos nas **estratégias de inovação, eficiência operacional, custos de produção, acesso a mercados internacionais e nível de diferenciação tecnológica**. Esta avaliação será fundamentada em **benchmarking com mercados de referência**, estudos de caso e entrevistas com stakeholders do setor, permitindo desenvolver recomendações para que as empresas otimizem suas estratégias de adaptação regulatória e minimizem riscos de não conformidade.


2.2. O estudo prospetivo deverá ter um momento de apresentação pública, dedicado às empresas do setor, para validação dos dados do estudo.

3. O Adjudicatário deve realizar todas as tarefas mencionadas acima dentro dos prazos estabelecidos no presente caderno de encargos e em conformidade com os requisitos e critérios estabelecidos nesse documento.

Cláusula 16ª – Entregáveis

1. São considerados entregáveis:

a) **Cronograma de trabalhos e abordagem metodológica** – Documento que detalha o plano de execução do estudo, incluindo a estruturação das atividades, prazos de realização, responsáveis e metodologia adotada para a análise das regulamentações e normativas que impactam a indústria de bicicletas.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

b) **Relatório preliminar** – Documento que apresenta os resultados iniciais da investigação, contendo a identificação das principais tendências normativas, desafios e oportunidades regulatórias, bem como uma análise inicial do impacto na competitividade do setor. Este relatório servirá de base para discussão e eventuais ajustes na abordagem do estudo.

c) **Relatório final e apresentação** – Documento consolidado com os resultados definitivos do estudo, incluindo a análise detalhada das regulamentações emergentes, recomendações estratégicas para adaptação da indústria e medidas para otimizar a competitividade face às exigências normativas. O relatório será acompanhado de uma **apresentação pública** dirigida às empresas do setor, permitindo a validação dos dados e o debate sobre estratégias de conformidade e inovação regulatória.

2. Todos os entregáveis deverão ser validados pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua entrega, considerando-se aceites se não houver qualquer pronúncia em contrário até ao final desse prazo.


3. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.

5. Todos os documentos devem ser entregues, em suporte digital (excel/word, .ppt e pdf.), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito.

6. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito serem impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023 de 10 de fevereiro, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

7. Em sede de execução do contrato poderão ser acordados outros prazos de entrega dos documentos referenciados no Caderno de Encargos, mediante acordo entre as partes e desde que

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

não seja prejudicada a execução das fases subsequentes, garantindo que o prazo máximo de vigência do contrato não é ultrapassado.

8. Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante.

9. Os entregáveis deverão cumprir rigorosamente as normas de citação internacionalmente reconhecidas, garantindo o rigor científico apropriado à área de tecnologia e inovação.


Cláusula 17ª – Fases da Prestação do Serviço

1. A presente prestação de serviços será realizada em conformidade com o cronograma estabelecido, dividindo-se nas seguintes fases principais, que estão diretamente ligadas aos entregáveis da mesma:

- a) Cronograma de trabalhos e abordagem metodológica;
- b) Relatório preliminar;
- c) Relatório final e apresentação.

Cláusula 18ª – Equipa

1. O processo deverá ser desenvolvido por uma equipa multidisciplinar com as qualificações adequadas à natureza das tarefas que se pretendem desenvolver.
2. Deverá ser indicado o coordenador, bem como os elementos que constituem a equipa, com respetiva nota curricular em fase de candidatura.
3. Para além da equipa definida no número anterior o adjudicatário obriga-se a afetar todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço.
4. Os colaboradores a que o adjudicatário recorra para a execução da Prestação de Serviços ficarão sujeitos à fiscalização, direção e autoridade do adjudicatário, pelo que regulamentares e convencionais aplicáveis à relação que estabeleça com esses colaboradores.
5. O adjudicatário é exclusiva e integralmente responsável pelas prestações, custos e despesas referentes aos seus colaboradores, incluindo, designadamente, obrigações salariais, tributárias, de segurança social, de seguros, subsídios, indemnizações (nomeadamente pela cessação de

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

relações laborais), promoção de higiene, segurança e saúde no trabalho e quaisquer outras decorrentes da legislação aplicável.

Cláusula 19ª – Local e Condições de Prestação de Serviços


A prestação de serviços objeto do contrato será desenvolvida nas instalações do adjudicatário ou nas instalações onde a entidade adjudicante venha a desenvolver a atividade em regime presencial e/ou online.

PARTE III – Obrigações Contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 20ª – Obrigações principais do prestador de serviços


1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal na íntegra e sem reservas da prestação de serviço nos termos exigidos no Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário compromete-se em especial a:
 - a) Executar todas as tarefas especificadas nas peças do procedimento;
 - b) Responsabilizar-se por qualquer dano, prejuízo, extravio ou desaparecimento de documentos, móveis, utensílios ou pertences, praticado pelos seus funcionários ou resultante de negligência, mau comportamento, abuso de confiança, quebra de sigilo profissional ou má utilização de produtos;
3. Verificando-se alguma das situações previstas no número anterior, compromete-se a mandar reparar por sua conta os danos praticados e/ou indemnizar o BIKINNOV, pelo prejuízo apurado por este e no prazo por este estabelecido;
4. Reconhecer ao BIKINNOV o direito de mandar reparar os danos e debitar ao adjudicatário as despesas efetuadas, nos casos em que este não cumprir, no prazo fixado, o estabelecido no ponto anterior;
5. Responsabilizar-se por todos os encargos com mão-de-obra, segurança social, seguros e demais encargos do seu pessoal;

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

6. Responsabilizar-se pelo pagamento de indemnização, no âmbito da responsabilidade civil, por danos causados a terceiros derivados ou resultantes de negligência ou má-fé imputável ao adjudicatário, seu pessoal, seus delegados ou mandatários;
7. Os agentes executantes terão de cumprir todas as normas internas do BIKiNNOV, sob pena de ser solicitada a sua imediata substituição;
8. Reconhecer ao BIKiNNOV, o direito de proceder à denúncia unilateral do contrato de adjudicação se houver quebra de sigilo profissional imputável a pessoal adstrito ao adjudicatário.


Cláusula 21ª – Outras Obrigações da prestação do serviço

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei e no presente caderno de encargos ou das cláusulas contratuais, são obrigações gerais do adjudicatário:
 - a) Alocar os recursos humanos especializados para a realização dos serviços descritos no Caderno de Encargos, devendo o coordenador e a equipa ser identificados na candidatura, acompanhados do Curriculum Vitae relevante para o objeto do procedimento de contratação pública;
 - b) Assegurar as despesas relacionadas com estadas e viagens, tanto em contexto nacional como internacional, no âmbito das atividades desenvolvidas para o estabelecimento de parcerias
2. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
3. O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato trabalhadores em regime de trabalho sem termo, em cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.
4. Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

5. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.
6. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência, para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.
7. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
8. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções no Centro de Tecnologia e Inovação, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
9. Subscrever o acordo de confidencialidade para aceder às instalações do BIKiNOV.
10. Para o acompanhamento da execução do contrato o prestador de serviços deve apresentar um plano de trabalhos, com a indicação do número de reuniões e o seu formato (presencial e online), bem como as partes envolvidas em cada uma das etapas.
11. As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas por escrito.
12. Não obstante ao plano de trabalhos apresentado, o BIKiNOV pode solicitar reuniões extraordinárias, presenciais ou em formato online.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Cláusula 22ª – Obrigações do BIKiNNOV

1. O BIKiNNOV enquanto entidade adjudicante, deverá assumir todas as suas responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais.
2. Nomear um gestor de contrato e uma equipa interna dedicada ao projeto, que atuarão como ponto de contacto entre o prestador de serviços e a entidade adjudicante.
3. Efetuar a comunicação e articulação com os *stakeholders* do setor das duas rodas, promovendo a sua participação ativa nas atividades de elaboração do estudo prospetivo.
4. Sempre que solicitado pelo adjudicatário, realizar comunicações formais com entidades de referência para a vigília de materiais aplicados à indústria das duas rodas, facilitando o envolvimento e a cooperação necessários para o sucesso do estudo.


Cláusula 23ª – Obrigações Gerais da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei e no presente caderno de encargos, são obrigações gerais das Partes:

- a) Manter atualizados os endereços de correio eletrónico, bem como outros meios de transmissão eletrónica de dados, a que ficam vinculados para efeitos de comunicação e notificação;
- b) Cada uma das partes deve cumprir as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos e da lei, salvaguardando as situações que constituam motivos de caso fortuito ou força maior, nomeadamente epidemias, greves, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagem, atos de guerra ou terrorismo, motins, embargos ou bloqueios internacionais e ataques por meios eletrónicos.
- c) Para efeitos do disposto no número anterior, não constituem casos de força maior.

Cláusula 24ª – Prazo de prestação do serviço

1. O adjudicatário obriga-se a concluir a execução do serviço no prazo de **8 (oito) meses**, com todos os elementos do presente Caderno de Encargos.
2. O projeto tem de estar concluído obrigatoriamente até 31 de março de 2026, independentemente da sua assinatura, dado ser um projeto financiado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e dos Fundos Europeus do NextGenerationEU.


	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Cláusula 25ª – Receção de Elementos a Produzir ao abrigo do Contrato

1. Em cada fase de execução do contrato, o BIKiNNOV procede à apreciação e análise dos elementos produzidos, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao BIKiNNOV toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. Se, em resultado da análise pelo BIKiNNOV referida no número anterior, não se verificar ou comprovar a conformidade dos elementos entregues, com as exigências legais ou pragmáticas, ou ainda, caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas, o BIKiNNOV informa por escrito, o Prestador de Serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços, deve, no prazo razoável que lhe for determinado pelo BIKiNNOV, proceder às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e/ou requisitos técnicos exigidos, assumindo os encargos daí decorrentes, por sua conta e responsabilidade.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o BIKiNNOV procede a nova análise.

Cláusula 26ª – Transferência da Propriedade e Direitos de Propriedade Intelectual

1. Com a entrega do resultado da prestação de serviços, ocorre a transferência da posse e da propriedade, incluindo os direitos de autor sobre eventuais criações intelectuais abrangidas no objeto da presente prestação de serviços.
2. O prestador de serviços garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente Caderno de Encargos e do contrato de prestação de serviços, não violam direitos de autor de terceiros, nem qualquer outro direito de propriedade intelectual e industrial.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022


Cláusula 27ª – Dever de Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao BIKiNNOV, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos após o termo do cumprimento ou cessação do contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas de direito público.

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 28ª – Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o BIKiNNOV, deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, como por exemplo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, sendo o plano de pagamentos definido nos seguintes termos:
 - a) **1ª Tranche** – Entrega e aprovação do plano de trabalhos e abordagem metodológica – 30% do preço contratual;


	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

- b) **2ª Tranche** – Entrega e aprovação do Relatório preliminar – 40% do preço contratual;
- c) **3ª Tranche** – Entrega e aprovação do Relatório final e apresentação final - 30% do preço contratual.

4. De acordo com o artigo 300º do CCP, na sua atual redação, não há lugar à revisão de preços, mantendo-se inalterável o preço contratual durante toda a vigência do contrato.

Cláusula 29ª – Condições de Pagamento

1. Os pagamentos devidos pelo contraente como contrapartida do presente contrato são efetuados mediante o cumprimento das respetivas obrigações, nos termos da cláusula anterior.
2. O pagamento será dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos termos da cláusula anterior.
3. A(s) quantia(s) devida(s) pelo BIKINNOV, nos termos da cláusula anterior, deve(m) se paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias, após cumpridas as formalidades legais e a receção pelo BIKINNOV da fatura.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a declaração de aceitação pelo BIKINNOV, ou 30 (trinta) dias após entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, caso esta não tenha sido emitida.
5. Em caso de discordância por parte do BIKINNOV, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, num prazo superior a 30 dias, de acordo com o nº 2 do artigo 299º do Código dos Contratos Públicos (CCP), por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. A(s) fatura(s) deve(m) cumprir o disposto no nº36º do código do IVA e conter as seguintes informações:
 - a) A referência e designação do procedimento;
 - b) Número da nota de encomenda.
7. As faturas que não cumpram as disposições referidas no número anterior podem ser devolvidas.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1, 2 e 4, as faturas são pagas através de transferência bancária para o IBAN indicado pelo contraente público.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022


PARTE IV – Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 30ª – Penalidades Contratuais


1. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, o BIKiNNOV pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e o BIKiNNOV decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse da associação, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o BIKiNNOV tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. O BIKiNNOV pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o BIKiNNOV exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.

Cláusula 31ª – Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
 6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
 7. Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período continuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.


	Caderno de Encargos	
	Estudo Prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Cláusula 32ª – Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, o BIKINNOV pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
 - a) Atraso na conclusão dos serviços contratualizados superior a dez dias;
 - b) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos ou nos respetivos anexos, bem como na proposta adjudicada;
 - c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos;
 - d) Prestação de falsas declarações;
 - e) Pela prestação de serviços que não constem do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 33ª – Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial exceto nos casos previstos no nº1, podendo ser exercício mediante declaração enviada ao BIKINNOV, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidos de juros a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

PARTE V – Caução e Seguros

Cláusula 34ª – Prestação de Caução

Para o cumprimento do presente contrato não é exigida a prestação da caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.


Cláusula 35ª – Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura de risco, através de contratos de seguro, nomeadamente contra acidentes de trabalho e da responsabilidade civil geral, por danos patrimoniais e não patrimoniais causados à Entidade Adjudicante ou a terceiros por atos, omissões ou negligência praticados por ele ou pelos seus funcionários, agentes ou colaboradores.
2. O prestador de serviços obriga-se, igualmente, a apresentar a prova documental da existência dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, indicando os respetivos elementos, nomeadamente o número da apólice.
3. Os referidos seguros deverão ser contratados junto de seguradoras autorizadas a exercer atividade em Portugal.
4. Os encargos referentes ao seguro bem como qualquer dedução efetuada pelas seguradoras a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do prestador de serviços.

PARTE VI – Disposições finais

Cláusula 36ª – Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes obrigam-se, nomeadamente a:
 - a) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito.
 - b) Tratar e usar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022


mesmos, apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco ou nos restantes legalmente previstos;

- c) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos;
- d) Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade;
- e) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- f) Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição;
- g) Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares ou, se aplicável, ser o seu processamento objeto de notificação ou de pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

2. Ambos os outorgantes se obrigam a cumprir rigorosamente o disposto no RGPD e demais legislações aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e utilizar os dados pessoais a que tenham acesso ou que lhes sejam reciprocamente transmitidos, única e exclusivamente para efeitos do fornecimento objeto deste contrato.

Cláusula 37ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

	Caderno de Encargos	
	Estudo prospetivo sobre o Impacto dos Quadros Normativos e Regulamentares na Competitividade da Indústria de Bicicletas no Futuro	
	Código do Procedimento	14-006-ANI-25
	CPV	73200000-4
	Código Projeto	03/C05-i02/2022

Cláusula 38ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e contam-se nos termos do disposto no artigo 471º do CCP.

Cláusula 39ª – Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 40ª – Lei aplicável

Em tudo o omissso no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto na redação atual do Código dos Contratos Públicos e demais legislação subsidiária.